

RACISMO ESTRUTURAL, EDUCAÇÃO E IDENTIDADE: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

STRUCTURAL RACISM, EDUCATION AND IDENTITY: A CRITICAL ANALYSIS OF BRAZILIAN SOCIAL FORMATION

Bruno Cardoso De Menezes Bahia

Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Felipe Horácio Valente De Lucena Santana

Mestrando em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação
Agrícola
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Marcilene Dutra Simplicio

Mestranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação
Agrícola
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Resumo

O problema do racismo estrutural no Brasil remonta os primeiros anos da colonização, consolidando a ideia moderna da superioridade racial de europeus em detrimento de quaisquer outros povos. Este pensamento influencia diversas categorias da estrutura social brasileira: política, economia, ciência e educação, judiciária entre outras, moldando a identidade de toda uma sociedade. Neste sentido, o presente artigo procura identificar, por meio de uma revisão bibliográfica, aproximações e distanciamentos entre o colonialismo e o racismo existente na conjuntura social do país reforçada pela educação. O racismo é introjetado e institucionalizado nas estruturas legais de formação e atuação dos indivíduos. Tal estrutura encontrada no Brasil permite a compreensão da formação identitária brasileira, ou seja, como os indivíduos se identificam socialmente em determinados grupos, a partir da compreensão abrangente do conceito de identidade social como também do processo de ser e estar no

mundo a partir de um lugar de fala. Faz-se necessário que se destaque as instituições escolares considerando seu papel formativo de consciência e individualidades.

Palavras-chave: Racismo estrutural. Educação antirracista. Construção de identidades.

Abstract

The problem of structural racism in Brazil dates back to the first years of colonization, consolidating the modern idea of the racial superiority of Europeans to the detriment of any other people. This thought influences several categories of the Brazilian social structure: politics, economy, science and education, judiciary, among others, shaping the identity of an entire society. In this sense, this article seeks to identify, through a bibliographic review, similarities and distances between colonialism and racism existing in the country's social situation reinforced by education. Racism is introjected and institutionalized in the legal structures of individuals' formation and actions. This structure found in Brazil allows the understanding of Brazilian identity formation, that is, how individuals identify themselves socially in certain groups, based on a comprehensive understanding of the concept of social identity as well as the process of being in the world from a place of speech. It is necessary to highlight school institutions considering their formative role in consciousness and individualities.

Keywords: Structural racism. Anti-racist education. Construction of identities.

INTRODUÇÃO

Pode-se considerar o racismo estrutural como um fenômeno em que a discriminação racial compõe, como o próprio nome revela, a estrutura de uma sociedade e, por consequência, é replicada pelas diversas instituições como, por exemplo, escolar, política, econômica e jurídica. Todavia, Almeida (2019, p. 34) enfatiza que vivemos em uma sociedade cuja estrutura é racista, esta é a regra e não a exceção. Sob essa perspectiva, nos alinhamos ao pensador

quando ele afirma ser a sociedade uma "máquina produtora de desigualdade racial".

Pode-se pensar o racismo estrutural como um desdobramento do colonialismo. Assim, mesmo com o fim da era colonial, as práticas cotidianas e a inferiorização e descaracterização do conhecimento científico não europeu é uma continuidade colonial, não sendo possível pensar o racismo estrutural, a partir da modernidade sem associá-lo ao colonialismo porque ambos manifestam um padrão de relações de ser, poder e saber, adotando hierarquias raciais, sociais, políticas e econômicas baseadas na ideia de raça, como aponta Quijano (2005).

A ideia de um "novo mundo" foi construída a partir de uma base ideológica da existência de raças em suas organizações sociais e institucionais. Em suma, não há como pensar em educação e sociedade sem dissociar os diversos fatores que impactam a vida cotidiana – principalmente relacionados ao conhecimento, política e economia – daqueles que atravessam a construção individual e seu lugar ocupado na sociedade (QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2017).

O objetivo geral deste estudo se concentra em identificar, a partir de levantamentos bibliográficos, a existência do racismo contido em diversas esferas da estrutura social brasileira e suas contribuições para a formação de identidades que, via educação, compõem a diversidade de tantos grupos que encenam o país. Para isto, buscaremos referenciais teóricos que debatam o problema do racismo estrutural nas instituições para também compreender de que forma mecanismos colonizadores contribuíram para institucionalização e manutenção do racismo. E por fim, vislumbrar a possibilidade de construção de identidades dos corpos pretos assim como a promoção de uma educação antirracista.

Apesar de debates dentro das universidades e em algumas mídias, o aprofundamento sobre o racismo e as práticas antirracistas são urgentes e necessários, pois a partir dessa compreensão, além de algumas lacunas serem preenchidas, o processo de construção de uma educação antirracista pode ser alinhavado juntos aos professores em sua formação inicial e/ou continuada, assim como toda comunidade escolar. Não é possível compreender a amplitude e complexidade do racismo apenas com debates delimitados a partir

do cotidiano. Ao contrário disso, para conseguirmos operar com e contra o racismo, faz-se necessário o debate fundamentado sobre a sua existência, origens e desdobramentos para que tenhamos uma visão de conjunto para lutar e transformar a sociedade.

Assim, o intuito desta investigação se concentra em contribuir de alguma maneira com os debates atuais na comunidade acadêmica, e fora dela, para a geração de novos pesquisadores que investiguem essa temática que circunda e impacta a vida de todas, todas e todos, sem que percebemos em muitos casos. Os apontamentos desta pesquisa se apresentam como um elo entre as escolas, comunidades e indivíduos, proporcionando o ecoar de vozes historicamente silenciadas.

Considerando a necessidade de conhecer as motivações que deram origem às mazelas sociais que afligem principalmente as pessoas de corpos pretos, pobres e periféricos, esta pesquisa se apoiará no seguinte problema: como o conhecimento das estruturas racistas de nossa sociedade pode contribuir para a construção de identidades por meio de uma educação antirracista?

ESTRUTURA E IDENTIDADE

Com o propósito de alimentarmos o debate sobre essa temática, dividimos o presente texto em duas seções que se apresentam como ponto de partida para o desenvolvimento de futuras reflexões.

ESTRUTURA

A partir de meados do século XVI, a colônia portuguesa sustentou sua metrópole e se solidificou com base no trabalho de homens, mulheres e crianças escravizadas, sendo os colonizadores os beneficiados pelas atividades desumanas de cativos. Estes que, mesmo após o fim do regime escravista no Brasil, não tiveram a oportunidade de se estabelecer nas terras, ter acesso às escolas, mas ao contrário, foram alijados e excluídos da sociedade permanecendo em condições de vida indignas.

Historicamente, encontram-se processos políticos, econômicos e jurídicos arquitetados para impedir que pessoas pretas ascendessem socialmente. Essas ações, inicialmente, previam a separação entre pretos e brancos em locais de interação social, intencionado segregar as pessoas pretas em "seus devidos lugares". Mas essas práticas poderiam não ser o suficiente para sustentar essa distinção, sendo necessário estabelecer aplicações formais de trabalho entre a minoria branca aristocrata e a então população preta e livre. Segundo Chadarevian (2015, p. 4-5),

após a abolição, por outro lado, buscou-se impedir uma mudança brusca no status-quo racial. A elite branca no Brasil, minoritária diante de uma multidão de negros agora livres, não dispunha mais dos mesmos mecanismos para barrar sua ascensão. Alguns daqueles mecanismos subsistiram certamente mais tempo que outros, como a segregação racial em clubes sociais ou esportivos, nos restaurantes, na família branca, nas igrejas. Outras regras caíram mais rapidamente, e, o que é mais importante, dava-se início a uma nova forma de relação, a relação salarial, que deveria a partir de então fazer a regulação entre uma força de trabalho livre e o capital. (CHADAREVIAN 2015, p. 4-5)

Nascimento (1978) também denuncia a exclusão do negro. Para o autor, este foi um processo histórico onde até mesmo os mais velhos e debilitados foram lançados fora como se fossem objetos sem nenhuma serventia, enquanto os senhores de engenho não foram responsabilizados pelas atrocidades realizadas, não havendo qualquer reparação ou justiça social.

Constata-se que pessoas pretas estão entre o maior número de índices de desemprego, além de receberem os menores salários e terem as maiores dificuldades de acesso à educação, segundo o IBGE (2017). Além da economia, o racismo está inserido na esfera cultural, sendo que a inserção desse fenômeno foi feita de forma deliberada a fim de promover o apagamento do povo preto.

O racismo na sociedade brasileira estaria presente nos costumes, em gestos conscientes ou inconscientes que foram aprendidos e inseridos no cotidiano. Atitudes essas que, devido muitas vezes serem sutis e diferentes de outras formas de manifestações abruptas, tornam a sua manifestação de difícil percepção, alimentando a ideia do "mito da democracia racial brasileira", camuflando, dessa forma, a dificuldade de aceitação de vivermos numa sociedade racista, como apontou Munanga, 2010, p. 1).

No âmbito cultural, o racismo também está impregnado em sua estrutura por meio dos hábitos, práticas e palavras discriminatórias que materializadas, de forma proposital ou não, contribuem para a manutenção do racismo, sendo a linguagem um poderoso mecanismo de racialização. Sob esta mesma perspectiva, para Nascimento (2019, p. 23),

isso fica mais conciso à medida que examinamos palavras na língua que dizem respeito a processos de racialização. É o caso de “denegrir”, que, supomos, se iniciou através de um processo de “desenegrecer” e se tornou sinônimo incongruente de “caluniar” (e que recebe críticas no país). É ainda o caso de “o lado escuro da vida” para falar de algo ruim na vida, ou ainda chamar cabelo pixaim ou crespo de “cabelo ruim”. (NASCIMENTO, 2019, p. 23)

Assim, a linguagem cumpre um papel fundamental na estrutura social no que concerne à réplica de códigos racistas, permitindo, dessa forma, a conservação do poder nas mãos daqueles cujos papéis é a pretensão do “controle social”,

uma vez que admitimos que o racismo está na estrutura das coisas, precisamos admitir que a língua é uma posição nessa estrutura. Em minha hipótese principal aqui, entendo que o racismo é produzido nas condições históricas, econômicas, culturais e políticas, e nelas se firma, mas é a partir da língua que ele materializa suas formas de dominação. (NASCIMENTO, 2019, p. 23)

Na esfera institucional, o racismo está presente na forma em que essas entidades estabelecem a diferenciação entre os indivíduos. Nessa concepção, o racismo não é sintetizado em comportamento de indivíduos ou grupos racistas. No caso das instituições, elas teriam a função de orientar comportamentos em massa de indivíduos como, por exemplo, “modos de orientação, rotinização de comportamentos que tanto orientam a ação social como a torna normalmente possível” (ALMEIDA, 2021, p. 38).

Como apontado, historicamente, as instituições exercem a função de normalizar padrões raciais inferindo privilégios e benefícios a determinados grupos em detrimento a outros. Isso pode ser verificado em escolas que mesmo após a decretação da Lei Federal nº 10.639 de 2003 que obriga instituições de ensino, fundamental e médio de todo o território Nacional a lecionarem a história e cultura do negro e dos africanos (BRASIL, 2003) ainda apresentam a história do Brasil sob uma perspectiva eurocêntrica.

Outro exemplo de institucionalização do racismo é o alto número de homens e mulheres pretos e pretas na população carcerária, assim como também o índice de mortalidade de pessoas pretas, pobres e periféricas como forma de controle e dominação social realizado por meio "legais": a inserção de elementos discriminatórios associados à raça em todo o processo do sistema de justiça criminal resultará na amplificação das possibilidades de que pessoas negras sejam presas ou mortas.

A exemplo disto, até o ano de 2022, o reconhecimento por de suspeitos de crimes urbanos era realizado por fotografias cujo a imensa maioria dos identificados era de homens pretos, como levantou a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (2022): “A pesquisa da DPRJ reforça o perfil dos acusados com base no reconhecimento fotográfico: homem e negro. Segundo o estudo, entre os réus julgados, 95,9% são homens e 63,74%, negros, somando-se pretos e partos, conforme a definição do IBGE.”

Assim, tendo como base a justiça como instituição, fica evidente que no Brasil existe sim discriminação e preconceito (direta ou indiretamente) contra indivíduos ou grupos por causa da cor de suas peles, levando muitos à prisão sem qualquer aprofundamento de investigação.

IDENTIDADE

O conceito de identidade social está alicerçado na psicologia social e visa compreender o que leva as pessoas a se organizarem em grupos, cada qual, com um conjunto de características e fatores que fazem com que um determinado coletivo seja considerado um grupo identitário, pois os grupos sociais podem se constituir por pessoas que se identificam a partir de uma raça, ou país e, em certos casos, a uma religião, etc.

Para o psicólogo John Turner, a identidade social é o sentimento de um indivíduo para se enquadrar a um determinado grupo social, ligado por características e desejos semelhantes a outros indivíduos. A partir do pensamento de Turner, apresentaremos a construção da identidade social do povo preto, pela compreensão do seu lugar de fala.

O presente assunto se faz importante, sobretudo no momento em que

as pessoas se encontram, onde o obscurantismo racial tem tomado a mídia, se fazendo cada vez mais presente em nossa sociedade. Entender sua identidade social é compreender a relevância de fazer parte de um grupo, especialmente, quando se faz parte de um contexto que, por séculos, tem sido oprimido por aqueles que ocupam espaços de dominação e poder.

Alguns homens e mulheres pretos e pretas não se identificam como tais por conta de uma visão colonial imperativa que de certa forma, de maneira consciente ou não, os achincalhou em algum momento da vida, conforme aponta Kilomba (2019, p. 45):

A vergonha está, portanto, conectada intimamente ao sentido de percepção. Ela é provocada por experiências que colocam em questão nossas percepções sobre nós mesmas/os e nos obriga a nos vermos através dos olhos de “*outras/os*”, nos ajudando a reconhecer a discrepância entre a percepção de outras pessoas sobre nós e nossa própria percepção de nós mesmas/os: “Quem sou eu? Como as/os “*outras/os*” me percebem? E o que represento para elas/eles?” O *sujeito branco* se dá conta de que a percepção das pessoas *negras* sobre a branquitude pode ser diferente de sua percepção de si mesmo, na medida em que a branquitude é vista como uma identidade privilegiada – o que significa tanto poder quanto alerta - a vergonha é o resultado deste conflito. (KILOMBA, 2019, p. 45).

Para Beauvoir (1980), não há crime maior do que destituir um ser humano de sua própria humanidade, reduzindo-o à condição de objeto. Partindo deste ponto, algo bastante frequente em nossa sociedade é o fato de não se tratar as pessoas negras com empatia, colocando à prova, constantemente sua capacidade moral, cognitiva e intelectual.

O Brasil tem, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 56,1% de negros em sua população, fator este que nos torna o país com o maior número de negros fora da África. No entanto, quando se trata de espaço em posições de poder, este percentual despenca. O baixo número de pessoas negras em espaços de poder em relação à população branca é algo natural que não causa incômodo, mesmo que seja evidente como, por exemplo, em um hospital ter mais profissionais da limpeza negros e médicos brancos.

Segundo Ribeiro (2019, p. 32), “Perceber-se é algo transformador. É o que nos permite situar nossos privilégios e nossas responsabilidades diante

de injustiças contra grupos sociais vulneráveis.” Seguindo esta linha de pensamento, é importante lembrar que perceber-se é algo que transcende o individualismo e atinge o fator coletivo que esbarra no debate estrutural da sociedade, onde, historicamente a posição social do privilégio é marcada pela violência, não necessariamente a violência física, mas, muitas vezes por uma violência simbólica.

Dentro do espaço simbólico, nossas referências são fundamentais. Elas que nos permitem conhecer a estética, a cultura e arte de nossas origens ancestrais. A representatividade do povo preto é extremamente importante para a consolidação de uma sociedade mais justa e livre de preconceitos.

No que diz respeito às questões raciais, principalmente em se tratando da pessoa negra, é comum classificar de maneira reducionista como principal característica, a cor da pele. Segundo o IBGE, é considerado negro aqueles pretos e pardos autodeclarados. Sendo assim, a pessoa preta seria as de pele mais retinta, isto é, com a pele mais escura e o pardo aqueles cujo a pele é mais clara. No entanto, pretos e pardos no Brasil ocupam os mesmos espaços nas camadas sociais, estando de modo geral servindo outras pessoas (geralmente os brancos), estampados nas páginas policiais ou compondo massivamente a população carcerária.

Portanto, segundo Ferreira (2002), “a população negra encontra-se submetida a um processo em que as condições de existência e o exercício de cidadania tornam-se muito mais precários com relação à população considerada branca”.

Antes de abordar propriamente sobre a identidade do negro, é importante falarmos brevemente sobre a branquitude como identidade de privilégio, uma vez que o pensamento e a visão eurocêntrica fomentaram na sociedade a visão de subalternidade do povo preto, sobretudo na forma em que eles mesmos se enxergam enquanto cidadãos.

Discutir sobre o papel do branco nas relações raciais no mundo é muito recente, especialmente no Brasil. Muito embora Frantz Fanon já tenha falado sobre o tema no século XX, os estudos sobre branquitude só ganharam força a partir dos EUA no fim da década de 1990. Embora Gilberto Freyre tenha utilizado o tema branquitude em sua obra, apenas nos anos 2000 que o termo ganha espaço no meio acadêmico. Entender o assunto é extremamente

importante para a solidificação de um diálogo amplificado sobre suas diversas lacunas históricas. Para Ribeiro (2019), discutir a branquitude é refutar um sujeito universal e historicamente privilegiado.

Trata-se de refutar a ideia de um sujeito universal – a branquitude também é um traço identitário, porém marcado por privilégios construídos a partir da opressão de outros grupos. Devemos lembrar que este não é um debate individual, mas estrutural: a posição social do privilégio vem marcada pela violência, mesmo que determinado sujeito não seja deliberadamente violento.” (RIBEIRO, 2019, p. 33)

Ao longo da história, o branco se autodenominou como o padrão de ser humano ideal, colocando-o em posições de destaque e dominância, que podemos classificar como privilégio na sociedade que perdura até os dias atuais. Logo, esta autoafirmação como ser humano ideal para sociedade, coloca em segundo plano todos os que entram em dissonância com o estereótipo padronizado por eles. Sendo assim, historicamente, o povo negro, por não fazer parte ou por não ter as características afixadas como modelo de evolução, beleza e inteligência, foi classificado como subalternos, muitas vezes animalizados, assolados e afligidos. Após viver séculos sob este olhar de desprezo, a autoaceitação, isto é, se identificar como pertencente a uma cultura e assumir suas características aceitando-as como parte de si, tornou-se algo difícil para o povo preto, pois muitos sentiam-se envergonhados por não serem como a sociedade imperativamente classificava como belo.

Este sentimento de vergonha, acredito que podemos denominá-lo desta forma, está estreitamente ligado a valores hierárquicos, impostos pela branquitude, em decorrência das diferenças estereotipadas como estigma de inferioridade, desprezo e subalternidade. Esta hierarquização implicou em um processo de naturalização aos grupos que eram considerados pelos brancos como problemático, perigoso, preguiçoso, colorido, violento, sujo, exótico, incomum e em alguns aspectos, de dura cerviz.

Neste contexto, torna-se complexa a criação da identidade negra. Pois todos os valores, ou a falta deles impostos ao povo preto pela branquitude, fizeram e fazem a vida do negro no Brasil extremamente dura. Ser negro em nosso país significa, na maioria dos casos, ser pobre, periférico e ocupar funções e trabalhos de menor prestígio. Assim sendo, o negro, historicamente,

é tratado como mercadoria, ou seja, criou-se de maneira velada a concepção de que o trabalho braçal foi feito para o negro e vice-versa. Não estamos aqui desmerecendo, de forma alguma, as profissões com baixo prestígio social, porém a falta ou o baixo acesso dos negros à educação de qualidade que lhes garanta uma posição social e econômica de destaque, neste caso prestígio, é uma evidência que corrobora para a questão da hierarquização imposta pela branquitude ao povo preto.

As experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratados de modo igualmente subalternizados, além das condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente. [...] Essas experiências comuns resultantes do lugar social que ocupam impedem que a população negra acesse espaços. (RIBEIRO, 2021, p. 63)

Para fortalecer a luta do povo preto frente as desigualdades e também para afirmar seu espaço na sociedade, em nosso país, inspirados na luta de Zumbi e Dandara dos Palmares, em decorrência a uma barbárie que envolveu o jovem Robson Silveira da Luz de 27 anos que, em 18 de junho de 1978, fora acusado de roubar frutas na feira onde trabalhava e, conseqüentemente, por ser negro, pobre e periférico, foi preso e levado para 44ª Delegacia de Polícia, localizado em Guaianazes, São Paulo, onde foi torturado e morto. No dia 07 de julho do mesmo ano, na escadaria do Teatro Municipal de São Paulo, um grupo de 2 mil pessoas fez um ato contra a morte de Robson. Naquele momento surgia no Brasil o MNU (Movimento Negro Unificado) que, a partir do ato contra a morte do jovem negro, vários líderes de movimentos de luta pela igualdade racial se uniram, tendo como pauta e conquistas o dia 20 de novembro, como dia da Consciência Negra e a penalização da discriminação racial prevista na Constituição de 1988. Depois deste fato, muitos outros apareceram para valorizar e enaltecer a cultura e o povo preto. Estes movimentos conscientizaram e abriram os olhos da sociedade brasileira em relação ao racismo velado existente de forma latente em nosso país. Este sucinto resgate histórico se faz necessário para elucidar e corroborar com os apontamentos da filósofa e ativista Ribeiro (2019), especialmente quando afirma que

até serem homogeneizados pelo processo colonial, os povos negros existiam como etnias, culturas e idiomas diversos – isso até serem tratados como “o negro”. Tal categoria foi criada em um processo de discriminação, que visava ao de seres humanos como mercadoria. Portanto, o racismo foi inventado pela branquitude, que como criadora deve se responsabilizar por ele. Para além de se entender como privilegiado, o branco deve ter atitudes antirracistas. Não se tratando de se sentir culpado por ser branco: a questão é se responsabilizar. Diferente da culpa, que leva à inércia, a responsabilidade leva à ação. Dessa forma, se o primeiro passo é desnaturalizar o olhar condicionado pelo racismo, o segundo é criar espaços, sobretudo em lugares que pessoas negras não costumam acessar”. (RIBEIRO, 2019, p. 35-36).

Hoje, como nação, percebemos os malefícios oriundos do preconceito e intolerância racial. Com o advento das mídias sociais e a militância digital, a valorização e desmistificação da cultura-afro e sua religiosidade têm ganhado força. Entretanto, é preciso reconhecer que ainda há muito a avançar. Embora haja uma legislação para garantir o estudo e valorização da cultura negra e dos povos originários, é preciso efetivar sua aplicabilidade. O fato de os negros fazerem parte da construção histórica e social do Brasil, não é garantia para a construção de sua identidade social, uma vez que, como já fora mencionado anteriormente, a precarização de sua existência os deixou a margem da sociedade, ironicamente, a sociedade por eles alicerçada há séculos.

Os percursos para a construção de uma identidade racial perpassam pela valorização cultural, no caso é o que propõe garantir a Lei Federal nº 10.639/2003 que, como já mencionamos, torna obrigatório o ensino de tópicos afrodescendentes, para proliferar o conhecimento étnico-racial e estabelecer um ambiente de pluralidade e respeito a todos. No entanto, esse objetivo será consolidado, caso haja efetivamente a aplicação correta da história afro-brasileira para consolidar a percepção dos jovens estudantes quanto a sua própria identidade.

A identidade do povo preto está de maneira muito estreita ligada à educação e representatividade. A escola é uma ferramenta preponderante para a construção de identidade e senso de pertencimento, conforme aponta Gomes (2002):

A escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. O olhar lançado sobre

o negro e sua cultura, no interior da escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las. [...] Sendo entendida como um processo contínuo, construído pelos negros e negras nos vários espaços — institucionais ou não — nos quais circulam, podemos concluir que a identidade negra é forjada também durante a trajetória escolar desses sujeitos. Nesse percurso, o negro e a negra deparam-se, na escola, com diferentes olhares sobre o seu pertencimento racial, sobre a sua cultura e a sua história. Muitas vezes, esses olhares chocam-se com a sua própria visão e experiência da negritude. (GOMES, 2002, p. 3).

Entretanto, vale ressaltar que a experiência escolar pode ser uma via de mão dupla, especialmente para a criança negra, pois, o ambiente escolar pode se tornar um local de exclusão, por meio de experiências de rebaixamento, que pode atingir sua autoestima, fazendo com que sua permanência no âmbito escolar seja abreviada. A representatividade é importantíssima, especialmente na infância, onde a criança está moldando sua identidade. O ensino das lutas, conquistas e heróis do povo preto no ensino fundamental é extremamente necessário para que a criança se sinta de alguma forma representada por figuras históricas importantes.

Sobre representatividade, no ano de 2019, a Editora Gabaju Records & Comics, lançou uma edição de 80 páginas de uma HQ com o título: “Província Negra” que traz como personagem central o advogado abolicionista, poeta e ativista político, Luiz Gama, homem negro, autodidata, filho de Luiza Mahin, uma das líderes da Revolta dos Malês, que foi vendido por seu pai aos 9 anos e fez história em nosso país como um verdadeiro herói. É importante trazer à tona exemplos como este, pois o Brasil é repleto de personagens negras e negros desconhecidos por muitos. O fato de se trabalhar com a cultura negra e sua história é fator motriz para uma valorização e aceitação quanto ao autorreconhecimento do povo preto. É preciso romper a visão embranquecida da sociedade que, faz com que o negro se sinta inferiorizado ou que o embranquecimento seja sinônimo de evolução, como se a cultura afro fosse algo atrasado.

Um ensino que valoriza as várias existências e que referencie positivamente a população negra é benéfico para toda sociedade, pois conhecer histórias africanas promove outra construção da subjetividade de pessoas negras, além de romper com a visão hierarquizada que pessoas brancas têm da cultura negra, saindo do solipsismo branco, isto é, deixar de apenas ver humanidade entre

seus iguais. Mais ainda, são ações que diminuem as desigualdades. (RIBEIRO, 2019, p. 41- 42).

A construção de nossa identidade está ligada ao conhecimento de nossa história, cultura e origem. Portanto, a valorização disto implica no aceitação e pertencimento a um determinado grupo. Saber onde estou, de onde vim e aonde posso chegar, são visões inerentes a quem se conhece e se identifica com sua própria história. Portanto, a construção da identidade do povo preto é interligada ao conhecimento e valorização de sua cultura. Embora tenhamos caminhado positivamente em relação a esta temática na última década, ainda há muito o que se fazer e enfrentar, sobretudo, para abalar o alicerce daquilo que nos acompanha denominado “racismo estrutural”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonização do “novo mundo” trouxe não só uma expansão territorial europeia, mas marcadamente uma relação de dominação e hierarquização cultural a partir da visão do invasor. A chegada desses navegantes destrói uma forma orgânica de ser, saber e poder que já se estabelecia cá, além mar. Os povos indígenas foram escravizados, massacrados e exterminados. A escravização das populações africanas alimenta não só a economia, mas a barbárie, o terror e o genocídio.

Neste sentido, esta pesquisa buscou, inicialmente, compreender como o racismo presente em nossa estrutura social, para refletirmos sobre as possíveis formas de se tentar libertar e construir uma nova forma de lidar com a ideia de cidadania, inserção social e equidade de oportunidades. Para isso, realizamos alguns recortes em esferas institucionais com o intuito de exemplificar como o racismo se materializa no cotidiano, desde fatores que apresentaram o racismo na economia e sua origem, perpassando pela exclusão social dos negros escravizados e, após, libertos, até à (in)justiça criminal brasileira que utilizam formas “legais” de discriminar pessoas pretas, pobres e periféricas.

Trouxemos, ainda, denúncias no que concerne às formas pelas quais o

Estado, representado por suas instituições e seus agentes, propagam a racialização, o preconceito racial e o racismo, intencionando uma espécie de ordem social, eliminando socialmente pessoas de origens étnicas subalternizadas, como as pessoas pretas.

Tais fatores, por consequência, deram origem à construção da identidade do povo preto. À sombra do racismo, ainda é hábito corriqueiro relacionar fatores negativos às pessoas pretas, permanecendo latente no imaginário da sociedade brasileira, esta construção premeditada da identidade de corpos pretos compreendida até mesmo processo produtivo. Durante o período republicano, foram criadas teorias racistas, ideologias eugenistas e o mito da democracia racial que reforçaram a discriminação e preconceito.

Por fim, cabe ressaltar que o racismo e a interiorização do povo preto é uma prática intencional e muitas vezes sutis e por isso de difícil detecção, servindo como mecanismo de segregação. O combate ao racismo é uma tarefa que ainda está longe de terminar, mas há maneiras eficientes de fazê-lo, seja por meio da educação e reeducação que envolva crianças e adultos a tomarem consciência das práticas racistas, seja por meio de denúncias de instituições ou indivíduos praticantes e reprodutores de atos de discriminação, transformando-as em atos antirracistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.639, 9 de janeiro de 2003.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm Leii 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9. 394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Acesso em 10 de dezembro de 2023.

CHADAREVIAN, Pedro C. **A Economia na era do racismo científico no Brasil**. XI Congresso Brasileiro de História de Empresas. V. 12. Espírito Santo, 2015. Acesso em 06 de dezembro de 2023.

DPRJ. **Reconhecimento fotográfico**: pesquisa aponta erros no uso do método. Disponível em: <<https://defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/18172-Reconhecimento-fotografico-mais-uma-pesquisa-aponta-erros-no-metodo>>. Acesso em: 9 dezembro 2023.

FARIAS, Jordão. **A identidade negra e sua construção**: definições e problemáticas. 2018. <Disponível em <http://medium.com/@fariasjordao>> Acesso em 06 de dezembro de 2023.

GOMES, Nilma L. **Educação e identidade negra**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil Socioeconômica**, n.41, p. 1-12. IBGE, 2019a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2017. Rio de Janeiro, IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2017. Rio de Janeiro, IBGE, 2019b.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LOPES, A., Jr; OLIVEIRA, J. **A influência do racismo estrutural no uso do reconhecimento fotográfico como meio de prova**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2022-jan-14/limite-penal-racismo-estrutural->

reconhecimento-fotografico-meio-prova>. Acesso em: 9 jul. 2023.

MUNANGA K. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo [Internet]. **Cadernos Penesb**. 2010 ;(12): 169-203.[citado 2023 jul. 06] Available from: biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_TeoriaSocialERelacoesRaciaisNoBrasilContemporaneo.pdf

MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS**, v. 32, n. 94, jun. 2017

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo Linguístico**: Os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

_____. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

TAJFEL, H., & TURNER, J. An integrative theory of intergroup conflict. In W. Austin, & S. Worchel (Eds), **The social psychology of intergroup relations**. Monterey, California: Brooks/Cole, 1979.